**O Dia do Economista**

Compreender de que forma as sociedades usam seus recursos materiais e humanos, com vistas a produzir e distribuir bens e serviços, é o trabalho do economista, que atua basicamente em duas áreas: na macro e na microeconomia.

Na macroeconomia, esse profissional se dedica às atividades e relações econômicas e financeiras internacionais de um país, de uma região ou de uma comunidade. Trata da política econômica, de distribuição de renda, gastos e investimentos públicos e relaciona a situação do mercado com a economia como um todo.

Na microeconomia, que diz respeito ao desenvolvimento e à viabilidade da indústria e do comércio, o economista orienta o planejamento econômico e financeiro do negócio, controlando gastos e custos e fazendo previsões sobre os nichos do mercado.

Se você pensa que para fazer tudo isso o economista precisa apenas de números, está muito enganado. Além dos dados e estatísticas que fundamentam seu trabalho, o bom profissional dessa área deve ter conhecimentos de história, sociologia e política. O curso de Ciências Econômicas exige muita leitura e pesquisa. Portanto, é importante reforçar a idéia de que a economia é uma ciência humana, acima de tudo.

**Lista de Atividades**

|  |  |
| --- | --- |
| **Atividade** | **Como funciona** |
| **Comércio internacional** | Estuda as oportunidades de importação e de exportação de mercadoria e as tendências do mercado. |
| **Economia agrícola** | Analisa e planeja as atividades produtivas de empresas agropecuárias. |
| **Economia urbana** | Desenvolve projetos e soluções para os problemas econômicos de uma cidade, verificando as necessidades da comunidade. |
| **Finanças públicas** | Define a política econômica de um país, estado ou município. Equilibra a receita e a despesa do governo e estuda as conseqüências sociais das medidas econômicas. |
| **Recursos humanos e do trabalho** | Estuda o comportamento do mercado de trabalho de diferentes setores da economia. Verifica dados como taxa de desemprego e massa salarial. Define planos de cargos e salários em empresas privadas. |
| **Sistema financeiro** | Examina a viabilidade de projetos e créditos da empresa. Trabalha no planejamento e no controle financeiro da organização. |
| **Tecnologia e desenvolvimento** | Avalia os impactos econômicos e sociais da introdução de novas tecnologias e produtos no mercado. Estuda a viabilidade de projetos industriais e urbanos, considerando o meio ambiente. |

**Uma ciência humana**

Selecionamos para você as principais correntes teóricas da economia. Leia com atenção e você perceberá logo porque as Ciências Econômicas são classificadas como uma ciência humana. São várias as teorias econômicas que embasaram o pensamento sobre as relações de troca entre os homens, no decorrer da história. Vejamos algumas delas:

**Mercantilismo (séculos XV e XVII)**

Segundo essa corrente teórica, a riqueza de uma nação estaria calcada nas suas reservas de metais preciosos, ouro e prata principalmente. Esse pensamento se explica pelo fato de que, nesse período histórico, de expansão comercial, tanto o ouro quanto a prata eram usados como moeda.

**Fisiocracia (século XVIII)**

Define a terra como a única fonte de riqueza de um país, colocando assim, em posição de destaque, as sociedades agrícolas. Ao contrário dos mercantilistas, que defendiam a interferência do Estado para a descoberta de novas jazidas e obtenção de superávit comercial, os fisiocratas eram favoráveis ao esquema do “deixar fazer, deixar passar” – que se torna a máxima do liberalismo -, a favor de que as leis naturais da economia, da oferta e da procura, sigam seu curso livremente.

**Economia clássica (séculos XVIII e XIX)**

Centrada nas transformações do processo produtivo, advindas da Revolução Industrial, afirma que não é a prata nem o ouro os responsáveis pelo crescimento de uma nação, mas sim o trabalho humano. Os clássicos são adeptos do liberalismo.

**Marxismo (séculos XIX e XX)**

Procura explicar de que forma o modo de produção capitalista permite a acumulação contínua de capital. Esse acúmulo acontece porque, segundo os marxistas, a quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir uma mercadoria determinaria o valor a ser pago pelo serviço. Só que a força de trabalho desprendida produz valores superiores aos dos salários oferecidos. É o que comumente se denomina de “mais-valia”, fonte dos lucros dos capitalistas.

**Neoclássica (XIX e XX)**

Nega a teoria clássica do valor trabalho. De acordo com os neoclassicistas, o valor de um produto é subjetivo, uma vez que teria a ver com a utilidade apresentada para cada um e dependeria da quantidade de bens que um indivíduo possuísse. Nessa linha de pensamento, a água seria valiosíssima no deserto e pouco valorizada em regiões de chuva. Essa lei de mercado – oferta e procura – determinaria os preços das mercadorias e, mantendo um equilíbrio, conduziria à estabilidade econômica.

**Escola keynesiana (século XX)**

Contesta as hipóteses dos neoclássicos de que as forças de mercado levariam ao equilíbrio econômico. Para essa escola, é possível numa economia a permanência de crises demoradas, com recessão e desemprego, que ocorreriam quando o investimento na economia fosse pequeno, insuficiente para garantir a ocupação da força de trabalho existente. O aumento do gasto público (obras estatais, por exemplo) é recomendado para suprir a procura por novos postos de trabalho.

Fonte: IBGE teen

**Dia do Economista**

**13 de Agosto**

Neste mês de agosto comemoramos mais um ano de existência da categoria profissional de Economista.

Já se vão anos de ensino, pesquisa e atuação da nossa categoria na sociedade brasileira na procura incansável, não por todos, de soluções para população brasileira de um país justo, igualitário para que todos tenham uma vida digna.

Nós economistas, de posse de todo um aparato científico procuramos soluções, ou melhor, viabilizar alternativas transformadoras para nós brasileiros. Muitas vezes, mal-entendidos, às vezes alguns com arrogância, se acham donos do saber e das soluções, embrenham-se pelos caminhos que os distanciam da sociedade e acabam nos braços dos detentores do poder político econômico  a classe dominante.

Temos em nossa ciência várias escolas, tendências de pensamento, que açambarcam os currículos das Faculdades encontrando guarida no meio acadêmico  lugar profícuo para a sua disseminação e aperfeiçoamento.

São muitos os pensadores que influenciaram e influenciam o desenvolvimento da ciência econômica, seria exaustivo enumerá-los; mas, como referências principais destacaríamos: Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, sendo que Marx colocou a economia política desenvolvida principalmente por Ricardo, num patamar bem mais alto, refletindo um pensamento crítico e transformador, subvertendo assim, toda a ciência econômica. Outros vieram, mas não marcaram nem marcarão com tanta ênfase a ciência econômica como estes três economistas.

Somos detentores de um saber, ou melhor, pretendemos sê-lo, pois as visões de mundo que imperam na ciência econômica trazem consigo uma avalanche de pensamentos, diretrizes, modo de utilização dos mecanismos teóricos que aprendemos e desenvolvemos os quais são utilizados tanto no espaço acadêmico como na vida real.

Seria bom que neste mês de agosto todos nós economistas parássemos um pouco para refletir não só sobre a nossa profissão, mas o que estamos fazendo com os conhecimentos que ela nos proporciona.

Profissão de valor, todas as profissões tem o seu valor, tem a sua importância na sociedade, não resta dúvida a nossa é marcante, pois lida, através dos conhecimentos adquiridos, com problemas cruciais da sociedade em que decisões econômicas governamentais interferem profundamente na vida de todos os cidadãos e em todas as bases nas quais se assentam as estruturas econômicas de um Estado-Nação.

Portanto, os princípios que norteiam e devem nortear a atuação da nossa categoria profissional é a busca incansável por uma sociedade fundada em princípios igualitários, justos e permeada de um humanismo revolucionário e transformador do homem e das estruturas econômicas existentes. Procurar isto, na nossa profissão, já é um passo importante no sentido da construção de uma sociedade profundamente democrática apoiada em princípios éticos, humanizadores, na qual a referência principal é o bem-estar da população brasileira e, por que não, mundial.

**Ari de Oliveira Zenha**

Fonte: www.portaldoeconomista.org.br

**Dia do Economista**

**13 de Agosto**

O dia 13 de agosto foi consagrado como o Dia do Economista em razão da data da promulgação da lei nº 1.411, em 13 de agosto de 1951, que regulamentou a profissão de economista no Brasil e estabeleceu as normas de sua organização. Esta lei definiu que a designação profissional de economista é privativa dos bacharéis em Ciências Econômicas, diplomados no Brasil. Reconheceu, ainda, os profissionais de notório saber que atuavam como economistas na época, mas não normatizou sobre a pós – graduação strictu sensu (mestrado e doutorado).

Nos últimos anos houve várias tentativas frustradas de aprovar o reconhecimento dos mestres e doutores em economia como economistas. Vários projetos de lei tramitaram no Congresso Nacional desde o final dos anos 80 com esse objetivo, sem sucesso. A lei nº 1.411, de autoria do deputado gaúcho Fernando Ferrari, criou, juntamente com a regulamentação da profissão, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) e os Conselhos Regionais de Economia (Corecon), que são Autarquias Federais com a finalidade de fiscalizar o exercício da profissão. Para exercer a profissão de economista os bacharéis deverão ser registrados nos Conselhos Regionais de Economia  Corecon, que fornece carteira de identidade profissionalcom validade em todo o Território Nacional.

Este artigo analisa alguns marcos históricos da origem da profissão de economista no Brasil, a estrutura atual dos cursos de economia, o símbolo do economista e o cenário atual do ensino e profissão.

**Breve histórico**

Vários autores relatam a história da profissão do economista e do ensino de Economia no Brasil, com destaque para os estudos do professor Nivalde José de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para este autor (CASTRO, 1991) embora as origens do ensino de economia datem do início do século XIX, sua constituição formal, com a criação do primeiro curso superior só ocorreu na década de 30 do Século XX.

O embrião dos cursos de economia no Brasil está nas cadeiras de economia criadas nos cursos de Direito e Engenharia e, em especial, no ensino técnico comercial. Estes cursos de comércio não formavam bacharéis, eram essencialmente práticos e pretendiam formar profissionais com conhecimentos de contabilidade, direito mercantil e noções de economia política aplicada ao comércio e indústria. Os primeiros cursos superiores de economia resultaram da evolução desses cursos de comércio criados no século XIX.

A gestação do ensino comercial e de economia no Brasil foi lançada no século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808. O marco inicial da evolução do ensino de economia foi a instituição formal das Aulas de Comércio. Mas o ensino de economia passou a ser mais valorizado depois da chegada do Visconde de Cairú (José da Silva Lisboa).

Em novembro de 1808 foi criada uma cadeira de Aula Pública de Ciências Econômicas no Rio de Janeiro (23/11/1808), atribuída ao Visconde de Cairú, considerado, por alguns historiadores, o primeiro economista brasileiro, por ser o introdutor da economia política e do liberalismo econômico no Brasil. Os estudos do comércio tiveram seus passos iniciais na obra de Visconde de Cairú. Em 1801, publicou, em Lisboa, sua obra Princípios de Direito Mercantil, primeira obra publicada em nossa língua, sobre economia política. Em 1804, segundo Castro (1991), publicou sua obra Princípios de Economia Política. Alguns historiadores também lhe atribuem a autoria da idéia de abertura dos portos brasileiros, em 1808. Consta que ele teria participado do édito liberal de 28/1/1808 que abriu os portos brasileiros às nações amigas.

A criação da referida cadeira, e de sua atribuição a Cairú, foi a primeira manifestação concreta de ensino de Economia no Brasil. Entretanto, ela não ocorreu, pois ele não pôde aceitar tendo em vista sua promoção ao emprego de deputado do Superior Tribunal da Junta do Comércio, dedicando-se doravante s atividades políticas e de historiador (CASTRO, 1991). Alguns autores da área de contabilidade relatam que Cairú jamais lecionou uma aula sequer.

** Em 1809, foram criadas as Aulas de Comércio, iniciando-se oficialmente o ensino comercial no Brasil. Essas formas de ensino foram usadas durante o Império e atendiam aos negócios públicos e privados. Refletia à preocupação da Coroa Portuguesa em modernizar esse setor da economia “**

Em 1809, foram criadas as Aulas de Comércio, intituladas aulas práticas, por meio da promulgação do Alvará de 15 de julho, iniciando-se oficialmente o ensino comercial no Brasil. Essas formas de ensino foram usadas durante o Império e atendiam aos negócios públicos e privados. Refletia à preocupação da Coroa Portuguesa em modernizar esse setor da economia. Em Portugal, a Aula de Comércio, fundada por iniciativa de Pombal, já havia produzido resultados, formando jovens em assuntos mercantis, com conhecimento comercial, econômico e financeiro.

Há indicações de Aulas de Comércio e aulas de Ciências Econômicas no Rio de Janeiro e na Província do Maranhão, no início do século XIX. No caso do Maranhão, os estudos não são conclusivos, mas consideram que a partir de 1811 havia as condições de realização das primeiras Aulas de Comércio, suspensas pelo Governo Imperial na década de 1820 e retomadas na década de 1830, com o Decreto sem número, de 2/08/1831, que restabeleceu a Aula de Comércio na, então, cidade do Maranhão.

A partir da década de 1830, o governo imperial, por meio de decretos, aprovou, estabeleceu e modificou as condições de oferta dessas Aulas.

Em 1846, ocorreu a inclusão de uma disciplina de economia política nas Aulas de Comércio2. A reforma do ensino comercial de 1856 incluiu na estrutura curricular as disciplinas de direito mercantil, economia política com aplicação ao comércio e à indústria e estatística comercial3. O Decreto de 1856 instituiu o Instituto Comercial do Rio de Janeiro precursor da Academia de Comércio4. Para Castro (1999), esse decreto deve ser considerado como o da criação do ensino superior de Comércio, culminando, mais tarde, com os primeiros diplomados em Ciência Econômica. Em 1861, foi realizada a terceira reforma no ensino comercial, ampliando-se no curso profissional o leque de disciplinas relacionadas com Economia (matemática; escrituração mercantil e legislação de fazenda; geografia e estatística comercial; direito comercial e economia política)5. Em 1880, o Decreto 7.679 estabeleceu que o ensino comercial deveria conter 25% das disciplinas totais em cada uma das áreas de Contabilidade, Economia Política, Geografia Econômica (comércio exterior) e Ciências Jurídicas (ênfase em Direito Comercial)6.

No século XIX, merece destaque ainda as disciplinas de economia que eram ministradas nos cursos de Direito e Engenharia. Segundo Castro (1991), citando o Decreto de 9/01/1825, a disciplina de economia política era obrigatória nos cursos de Direito criados em São Paulo e Olinda nos primeiros anos após a independência do Brasil. A ementa indicava as obras de Smith, Malthus, Ricardo, Sismondi e outros. Nos cursos de Engenharia, constituídos formalmente em 1873, havia disciplinas relacionadas com economia, voltadas fundamentalmente à aspectos instrumentais, no campo das finanças e organização industrial. Destas duas profissões surgiram os primeiros economistas brasileiros.

Em 1905, foi promulgado o Decreto7 que reconhecia como sendo oficiais os diplomados da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1902, destinados a formação superior de comércio. Em 1923, outro Decreto equipara os diplomas da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e de outras instituições aos da Academia Comercial do Rio de Janeiro8.

Somente em 1919 foi criada, sem respaldo oficial, a primeira faculdade de economia no Brasil: a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Mas só em 1926, com o Decreto9 de maio de 1926 foi homologado o reconhecimento formal do título de graduado em Ciências Econômicas e Comerciais. Porém, o aluno formado não recebia o título de Bacharel, reservado aos que concluíam os cursos de Medicina, Engenharia e Direito.

** Somente em 1919 foi criada, sem respaldo oficial, a primeira faculdade de economia no Brasil: a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Mas só em 1926, foi homologado o reconhecimento formal do título de graduado em Ciências Econômicas e Comerciais. Porém, o aluno formado não recebia o título de Bacharel, reservado aos que concluíam os cursos de Medicina, Engenharia e Direito. “**

A primeira norma que trata efetivamente do currículo de formação do economista é o Decreto 20.158, de 30/06/1931. Sob o título genérico de Administração e Finanças é dominado por disciplinas de caráter jurídico, financeiro, contábil e administrativo. É com esse currículo que se forma a primeira turma da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo. Dela, 22 bacharéis participam, em 1935, da assembléia de fundação da Ordem dos Economistas do Brasil  OEB.

**O Decreto-Lei, de 1945, transforma a antiga Faculdade Nacional de Política e Economia, criada em 1937, na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, e extingue o curso superior de Administração e Finanças e de Ciências Atuariais. Esse decreto modificou totalmente o currículo de 1931 e incorporou definitivamente a Ciência Econômica ao sistema universitário brasileiro.**

Esse decreto surge no bojo da reforma educacional denominada Francisco Campos. Essa reforma contou com uma série de decretos: o Decreto nº. 19.850 de 11/04/1931 que criava o Conselho Nacional de Educação (CNE); os Decretos nº. 19.851, 19.852, de 11/04/1931 que instituíram o Estatuto das Universidades Brasileiras; o Decreto 19.852 que reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro; além do referido Decreto nº. 20.158 de 30/06/1931, que organizou o ensino comercial nos níveis médio e superior.

A reforma Francisco Campos de 1931 previa, ainda, que deveria ser criada faculdade de ciências políticas e econômicas, como componente da nova universidade. A Faculdade seria objeto de pressões, interesses e motivações de vários tipos, levando finalmente à criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, em 1945. A intenção de criação da Faculdade de Economia estava prevista no Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que organizava a Universidade do Rio de Janeiro. Em 1933 a Universidade do Rio de Janeiro forma uma comissão composta por Luís Betim Paes Leme, Cândido Mendes de Almeida e Valdemar Falcão para elaborar o projeto de uma faculdade de ciências políticas e econômicas.

Na verdade a Faculdade Nacional de Política e Economia chega a ser criada oficialmente em 1937, pela lei nº 452 de 5 de julho de 1937, mas não é implantada, para frustração dos já formados em cursos afins, e principalmente, frustrando a idéia de elevar ao grau universitário um curso único, em que se enquadrem as especializações de economia, administração e finanças. Finalmente, o Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, transforma a antiga Faculdade Nacional de Política e Economia, criada em 1937, na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, e extingue o curso superior de Administração e Finanças e de Ciências Atuariais. Esse decreto modificou totalmente o currículo de 1931 e incorporou definitivamente a Ciência Econômica ao sistema universitário brasileiro.

O novo currículo tomou por base a sugestão de um novo projeto de curso superior de Ciências Econômicas elaborado por uma comissão formada por Eugênio Gudin, Maurice Byé e Otávio Gouveia de Bulhões, em 1941. Registra-se, ainda, que em agosto de 1944, após a Conferência de Bretton Woods, Eugênio Gudin visita a Faculdade de Economia da Universidade de Harvard, em companhia de Otávio Gouveia de Bulhões, onde discute o projeto da Faculdade de Economia do Rio de Janeiro (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000). O resultado da visita, segundo esses autores, é relatado em carta ao ministro da Educação10, enviada de Chicago: Escrevi na pedra o programa e o projeto de currículo que lhe recomendamos, para submetê-lo à critica de todos e para receber as sugestões dos mestres. Tenho a satisfação de comunicar-lhe que depois de fazerem várias perguntas e de pedirem esclarecimentos, todos os professores de Harvard acharam o programa excelente, dizendo que nada havia a modificar. Existia, no entanto, uma objeção: Perguntamos-lhes também sobre a conveniência ou não de separar, as duas faculdades, a de economia e a de administração. Eles nos levaram à janela para mostrarnos, do outro lado do rio, a faculdade de administração, admiravelmente instalada, e nos recomendaram que se não tivéssemos um rio, abríssemos um canal (…) para separar as duas faculdades. O resto da carta é dedicado às possibilidades de participação de professores americanos na faculdade de economia, que pareciam promissoras para os anos de pós-guerra.

Apesar do currículo de 1931 ser geralmente considerado o primeiro currículo mínimo de economia, seria mais adequado considerar o currículo de 1945. O currículo de 1931 era tomado, em sua maior parte por matérias ou disciplinas de caráter jurídico, financeiro, contábil e administrativo, havendo uma disciplina de Economia Política, outra de Geografia Econômica e uma de História Econômica e Fontes da Riqueza Nacional entre o total de dezessete. O currículo de 1945 ainda caracterizava-se por um elevado peso das áreas jurídicas, de administração e de contabilidade, mas, observa-se, entretanto, que esse currículo tinha um grande número de disciplinas econômicas, que são ainda hoje obrigatórias no ensino de economia, embora com nomes distintos.

O fato é que o ensino de economia ainda não tinha se desvinculado integralmente de suas origens, nem das profissões afins de contador e administrador. Era comum haver uma predominância de técnicos comerciais de ensino médio entre os alunos das primeiras turmas do curso de economia. Por outro lado, a origem de parte considerável dos professores era de bacharéis em direito e engenheiros. A partir de 1962 se concretiza a separação entre economia, contabilidade e atuária, mediante pareceres e resoluções específicas do Conselho Federal de Educação, já na vigência da Lei de Diretrizes e Bases. Foram criados os três cursos, disciplinados pelo Parecer 397/62, e quatro anos depois surge o Curso Técnico em Administração, com o Parecer 307/66.

Entre as características relevantes do currículo mínimo de 1962 está a separação de um ciclo básico e um ciclo de formação profissional, e a divisão entre as matérias caracteristicamente econômicas e as acessórias. A duração do curso foi fixada em quatro anos e a carga horária mínima foi regulamentada em 1965 pelo Ministério da Educação (Portaria nº 159/65).

Esse currículo mínimo vigorou até 1984, quando surge o Parecer 375/84 e a Resolução 11/84, do Conselho Federal de Educação, que aprova um novo currículo mínimo de economia, que consolida os debates do conjunto da comunidade acadêmica brasileira sobre as características que deveria ter o curso de economia no Brasil. As Novas Diretrizes Curriculares de Economia mantêm a estrutura básica, os princípios e diretrizes da Resolução 11/84 e do Parecer 375/84 do professor Armando Dias Mendes11, então relator do Currículo de Economia do CFE.

**” Apesar do currículo de 1931 ser geralmente considerado o primeiro currículo mínimo de economia, seria mais adequado considerar o currículo de 1945. Caracterizado por um elevado peso das áreas jurídicas, de administração e de contabilidade, mas, observa-se, entretanto, que esse currículo tinha um grande número de disciplinas econômicas, que são ainda hoje obrigatórias no ensino de economia, embora com nomes distintos. “**

**Novas Diretrizes Curriculares de Economia**

A estrutura atual dos cursos de economia foi definida pelas Novas Diretrizes Curriculares de Economia aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) pela Resolução nº 4/2007, de 13 de julho de 2007. Essa Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior em sua organização curricular. Outra Resolução do CNE (Resolução nº 2/2007 definiu a carga horária mínima de 3.000 horas aula e a duração de quatro anos como limite mínimo para integralização do currículo.

Com a aprovação das Novas Diretrizes Curriculares de Economia chegou ao fim um dos capítulos de uma novela que já se arrastava no CNE por cerca de dez anos. Nesse período houve uma queda de braço entre os membros do CNE e as entidades representativas da comunidade dos economistas (Conselhos Federal e Regionais de Economia  Cofecon e Corecon -; ANGE – Associação dos Cursos de Graduação em Economia; Fenecon  Federação Nacional dos Economistas; e ANPEC  Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Economia). As entidades defendiam a proposta de Diretrizes Curriculares sistematizada pela Comissão de Especialistas em Economia nomeada pela Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESU/MEC). Enquanto, sucessivos pareceres do CNE propunham alterações na proposta da Comissão, com a eliminação da monografia como componente curricular obrigatória e a redução da duração do curso para menos de quatro anos. Prevaleceu a proposta da Comissão e a manutenção dos princípios e diretrizes que orientaram o currículo de 1984, com os ajustes acordados nos eventos das entidades e no sentido de atender a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº. 9.394 de dezembro de 1996).

**As Novas Diretrizes propiciaram a flexibilização do currículo, reservando parte da carga horária (50%) para o currículo mínimo, que garante a formação do perfil profissional comum do economista, que caracteriza o economista nacional, referendando os conteúdos curriculares estabelecidos na Resolução 11/84; e reservando 50% da carga horária para o perfil específico, de livre escolha da IES.**

As Novas Diretrizes propiciaram a flexibilização do currículo, reservando parte da carga horária (50%) para o currículo mínimo, que garante a formação do perfil profissional comum do economista, que caracteriza o economista nacional, referendando os conteúdos curriculares estabelecidos na Resolução 11/84; e reservando 50% da carga horária para o perfil específico, de livre escolha da IES. Com isso cada curso de economia pode ter um perfil específico, de forma a atender as peculiaridades regionais e a vocação e interesse dos corpos docentes e discentes de cada IES.

As novas diretrizes estabeleceram como princípios, que deverão nortear os projetos pedagógicos dos cursos de economia: estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental; caracterizar- se pelo pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das ciências econômicas formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos; enfatizar as inter-relações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se insere; e ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensável ao exercício futuro da profissão.

**A estrutura curricular dos cursos de graduação em Ciências Econômicas deverá contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular:**

I – Conteúdos de Formação Geral, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética (geral e profissional), da sociologia, da ciência política e dos estudos básicos e propedêuticos da administração, do direito, da contabilidade, da matemática e da estatística econômica;

II – Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento socioeconômico;

III – Conteúdos de Formação Histórica, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea; e

IV – Conteúdos Teórico-Práticos, abordando questões práticas necessárias preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo atividades complementares, Monografia, técnicas de pesquisa em economia e, se for o caso, estágio curricular supervisionado. Estes conteúdos deverão ter assegurado, no mínimo, o percentual de 50% da carga horária total do curso, a ser distribuído: para a Formação Geral (10%), Formação Teórico-Quantitativa (20%), Formação Histórica (10%) e Trabalho de Curso e as atividades acadêmicas de formação em Metodologia e Técnicas da Pesquisa em Economia (10%).

Pelas novas Diretrizes Curriculares o curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais.

**” Pelas novas Diretrizes Curriculares o curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social “**

O Bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigidos os seguintes pressupostos:

I – uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social;

II – capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;

III – capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e

IV – domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

Em síntese, os projetos pedagógicos dos cursos de economia podem definir um perfil específico que caracteriza e diferencia o seu curso, mas devem, também, garantir base técnico-científica comum que garante a identidade do economista brasileiro (perfil comum). Em síntese, o economista brasileiro atende o perfil indicado por John Maynard Keynes.

Ele (o economista) deve ser matemático, historiador, estadista, filósofo (…) deve entender os símbolos e falar com palavras. Deve contemplar o particular nos termos do genérico, e tocar o abstrato e o concreto na mesma revoada do pensamento, Deve estudar o presente à luz do passado com objetivos futuros. Nenhuma parte da natureza humana ou das suas instituições deve ficar completamente fora do alcance da sua visão. Ele deve ser decidido e desinteressado com a mesma disposição; tão distante e incorruptível quanto um artista, e ainda assim algumas vezes tão perto da terra quanto um político. (John Maynard Keynes, in: Essays in biography)12.

**O símbolo do economista**

O símbolo do economista é composto por dois conjuntos: o primeiro conjunto possui dois elementos – a folha de acanto, símbolo universal de perfeição artística e índice de inteireza de carater e perfeição moral, e o globo que representa o universo, o mundo; o segundo possui também dois elementos – a cornucópia (palavra de origem latina, que se refere ao corno mitológico, atributo da abundância e símbolo da agricultura e do comércio), que representa a fortuna, riqueza e economia (no sentido de pecúlio), e a roda dentada simbolizando a indústria, estágio mais adiantado da civilização contemporânea.

O primeiro conjunto como unidade (folha de acanto mais globo) significa a ciência universal; o segundo (cornucópia mais roda dentada), a indústria como geradora de riquezas e economia dos povos, em outras palavras, a abundância decorrente do trabalho em escala industrial. A união dos dois conjuntos representa, é claro, a Ciência Econômica.

Cada um dos símbolos estão comentados nas páginas dos Conselhos, Sindicados e Cursos de Economia. A única controvérsia ocorre em relação à folha de acanto, pois o Conselho Regional de Economia de São Paulo indica a folha de louro e não de acanto, destacando que a folha de louro é a mais nobre das folhas vegetais, simboliza valor, custódia e boa forma.

Na verdade, a maioria das entidades e escolas indica a folha de acanto e não de louro. Tanto o Conselho Federal de Economia como a Federação Nacional dos Economistas apresentam em suas páginas a folha de acanto.

Sem entrar na controvérsia, tanto a folha de louro como a de acanto tem simbolismo histórico muito rico. Alguns autores comentam que o loureiro era a árvore consagrada à Apolo – Deus grego da profecia, poesia e cura. As sacerdotisas transmitiam suas profecias após, entre outros rituais, comer uma folha de louro. Na antiguidade greco-romana era símbolo de glória, com as coroas feitas das folhas de louro. Ainda hoje as coroas confeccionadas com ramos de louro são o símbolo da vitória e são utilizados em diversas atividades esportivas, inclusive para os atletas dos jogos olímpicos. Muitos mitos se formaram em torno do louro no mundo antigo dos romanos e gregos, que não é possível aqui relatar. Registra-se ainda que no início do Cristianismo, os mortos eram cobertos de louro em suas sepulturas para simbolizar a vida eterna, porque a planta permanece sempre verde. Em relação à educação consta que o louro, companheiro da glória e do sucesso, símbolo da poesia, é amigo das letras. A palavra bacharelato vem do latim bacca laureus, o formando coberto de louros.

A folha de acanto foi destacada na página do Cofecon com os seguintes dizeres: Posto que acoimada de ser planta exótica, lembra, entretanto, uma época de notável fulgor histórico – a arte helênica. A beleza de seu limbo conferiu-lhe o poder da imortalidade, através do censo estético de Calimico.

Na história, folha de Acanto foi intensamente utilizada na construção de templos e monumentos sacros, passou com o tempo, a ser associada às virtudes de pureza e honestidade. Mas, para os economistas, a origem da simbologia da folha de Acanto está na História da Intendência Militar. É o símbolo do Serviço de Intendência.

Consta que na Guerra de Tróia, assim como os Assírios, Caldeus, Medos e Persas utilizaram a folha de Acanto, porque secavam com facilidade com uma tonalidade ligeiramente amarela-dourada, pendurando- as nas entradas das barracas, de oficiais de alta patente, com honras de magistrados, aos quais estava incumbida a guarda e a gestão dos fundos destinados aos pagamentos dos soldados e das demais despesas in-loco, decorrentes da campanha militar. Assim, em situações emergenciais, eram facilmente localizados dentro de seus acampamentos.

Consta da História da Intendência Militar que foram justamente os magistrados das finanças militares das tropas de Agamenon, lendário rei de Micenas e herói das pugnas troianas (relato de Homero na Ilíada) que, pela primeira vez, elegeram a folha de Acanto para seu símbolo distintivo, não como adorno de uniforme, mas como meio prático de se fazerem localizar, com facilidade, dentro dos acampamentos.

Consta, ainda, que esse simbolismo permaneceu nas legiões guerreiras de Roma. Os magistrados nomeados para cuidar das finanças militares autenticavam documentos com um sinete que tinha as características da folha do Acanto.

Esse distintivo do intendente militar que nasceu a cerca de cinco milênios, no entrevero das batalhas, é o mesmo distintivo dos Intendentes das Forças Armadas do Brasil e elemento do símbolo do economista.

O Globo completa o primeiro conjunto do símbolo do economista, representa a economia mundial. A administração universal. A Ciência da Administração, abrangendo a todo o mundo  a Ciência Universal. Não há controvérsia, alguns conselhos, sindicatos e universidades colocam que é o símbolo representativo do Universo, o Mundo.

A Cornucópia é o símbolo da fortuna, riqueza, economia, fartura, abundância (Cofecon). Ícone mitológico, atributo de abundância, fortuna e símbolo da agricultura e do comércio (Corecon/SP). Esta imagem, no formato de uma corneta, ou amplificador, é apresentada no ombro de Artemisa, deusa da fartura na mitologia grega. Na entrada principal do Museu do Prado, em Madrid, Espanha, há uma estátua dessa deusa, em tamanho natural, junto com todas as demais divindades da Grécia antiga. Na mitologia era um vaso em forma de chifre, com frutas e flores que dele saíam em abundância frutas e flores. Conta a lenda que é o chifre da Cabra Amaltéia que Zeus (Júpiter) deu às ninfas que dele cuidaram quando criança. Tinha a virtude de se encher com tudo que o possuidor desejasse. Era atributo da deusa da Ambundância, divindade alegórica representada como uma bela mulher coroada de flores, tendo na destra um corno repleto de flores e frutos. Hoje, simboliza a agricultura e o comércio. No símbolo do economista no lugar da frutas e flores que saem da Cornucópia é a moeda, o ouro, melhor representativo da abundância e riqueza.

A roda dentada representa a Indústria, estágio mais adiantado da civilização contemporânea (Cofecon). É o símbolo do labor e da fortuna. Indústria (terra, capital e trabalho) (Corecon/SP).

O significado do segundo conjunto do símbolo do economista (Cornucópia mais roda dentada) representa a indústria como geradora da riqueza para a economia dos povos. A abundância decorrente do trabalho industrial. O processo indefinido da máquina como processo civilizador e propulsor do progresso.

**Considerações finais**

Para finalizar, cabe ainda registrar alguns pontos que estão na agenda de preocupações e discussões das entidades da categoria e cursos de economia. No campo da profissão de economista o fato que se destaca é a proposta de atualização da legislação, com a ampliação e reconhecimento de novos campos de atuação dos economistas; a questão do reconhecimento dos tecnólogos em economia; das profissões afins, como Relações Internacionais e Ciência Política, que estão em processo de incorporação pelos Conselhos de Economia, passando a compor uma grande área de economia, fiscalizada e normatizada pelo sistema Cofecon/Corecons. Nesse mesmo debate estão os mestres e doutores em economia, que hoje não são reconhecidos como economistas pelos Conselhos, mas que em muitos casos são consagrados como grandes economistas.

O cenário atual da profissão de economista é de estabilização do número de economistas e de cursos de economia, enquanto que os cursos afins se mantêm em elevado crescimento.

A questão da redução da demanda pelos cursos é outra preocupação das entidades. O número de cursos de economia apresentou, nos últimos anos, redução substancial, com o fechamento, inclusive, de cursos tradicionais, em razão da redução da demanda. Este é um fenômeno mundial.

Um sinal positivo, entretanto, é a proliferação de cursos de pós-graduação strictu sensu em economia (mestrado e doutorado). Em Brasília existem dez cursos de pós-graduação contra apenas três em nível de graduação, em pleno funcionamento. Talvez estejamos passando por uma nova evolução do curso de economia, como ocorreu no passado, em que o curso evoluiu do nível técnico para a graduação e o bacharelato. O novo economista seria pós-graduado. Na verdade, pesquisa realizada pelo Cofecon entre os economistas registrados constatou que a grande maioria dos profissionais já possui pós-graduação latu sensu, e que uma boa parcela possui mestrado ou doutorado.

Outro sinal positivo tem sido os bons resultados dos cursos que fizeram os ajustes do seu currículo e diferenciaram os seus cursos com perfis específicos. Por exemplo, certamente em Brasília há espaço para um curso de Economia da Regulação, em nível de graduação, dada a grande demanda por esses profissionais com as agências de regulação. Ou ainda um curso de Economia do Setor Público, Economia Ambiental etc, além dos cursos ecléticos já existentes.

Quanto ao desempenho profissional, os economistas têm se destacado com o melhor desempenho nos concursos públicos, obtendo elevados índices de aprovação. Tem o melhor índice de permanência no emprego e estão entre os melhores remunerados, segundo dados de pesquisa do Cofecon.

Outro destaque é o prestígio desses profissionais junto à sociedade. Os economistas no Brasil, e no mundo, estão entre os profissionais que recebem maior espaço na mídia. Toda a sociedade, desde o mais humilde ao mais abastado, quer saber o que pensam os economistas.